



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL  
GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº 501/2018**  
**De 30 de Outubro de 2018.**

**Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação de pleno domínio, imóvel situado neste Município de São Cristóvão, Estado de Sergipe.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO**, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o que lhe faculta o art. 2º, cumulado com as disposições do art. 5º, alínea “k”, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, pelo preço fixo e irrevogável de R\$ 95.939,68 (noventa e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais, sessenta e oito centavos), o imóvel urbano localizado na Praça Getúlio Vargas, nº 82, neste município de São Cristóvão, medindo 8,75 metros de largura, na frente, e 9,47 metros nos fundos, por 47,06 metros de comprimento no lado direito, e 48,94 metros de comprimento no lado esquerdo, perfazendo assim uma área total de 425,24 m²; que se limite e se confronta ao **norte** com a Praça Getúlio Vargas, ao **sul** com a rua João Bebe Água, ao **leste** com Casa da Queijada Antônio César Santos Góis e ao **oeste** com imóvel de propriedade do estado de Sergipe, de nº 94; sem vínculo de posse/propriedade na inscrição cadastral para fins de tributação (01.01.160.0295.001) e sem registro imobiliário.

**Art. 2º.** A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente para efeito de imissão provisória de posse em processo judicial de desapropriação, desde logo autorizado, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

**Art. 3º.** O objetivo da desapropriação é permitir ao Município de São Cristóvão a preservação e conservação do imóvel urbano localizado na Praça Getúlio Vargas, nº 82, declaradamente de caráter histórico, e que apresenta, na atualidade, necessidade de inúmeros reparos, inclusive estruturais, sob pena de dano irreparável; além de assegurar a instalação de órgão da Administração Pública Municipal na localidade.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições no sentido contrário.

Município de São Cristóvão/SE, 30 de outubro de 2018.



**Marcos Antônio de Azevedo Santana**  
Prefeito Municipal



**Aline Magna Cardoso Barroso Lima**  
Procuradora Geral do Município



**Paola Rodrigues de Santana**  
Secretária Municipal de Governo



**Eldro Cardoso da França**  
Secretário Municipal da Fazenda